

3. Introdução ao Relatório de Actividades do CCAC 2008
5. Campanhas de Divulgação de Eleições Limpas
9. Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, em Macau
11. Deputados à Assembleia Legislativa em Visita ao CCAC

Com a aproximação do dia das eleições para a 4.^a Assembleia Legislativa da RAEM, as acções do CCAC, no âmbito da fiscalização do processo eleitoral, vêm-se intensificando. Os projectos de prevenção e sensibilização estão em pleno desenvolvimento, desde a criação do grupo interno de estudo contra a corrupção eleitoral, e foram reforçadas a comunicação e a cooperação entre o CCAC e a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa. As actividades eleitorais têm sido acompanhadas de perto, no intuito de se assegurar o planeamento de respostas a todos os níveis.

A pedido do CCAC, o Instituto Politécnico de Macau realizou em Abril um inquérito sobre a situação da integridade em Macau. De acordo com os resultados, tanto a situação da integridade como o desempenho do CCAC obtiveram uma classificação bem melhor, se comparada com as dos anos anteriores, tendo, no primeiro caso, a pontuação quase atingido o nível registado em 2005, altura em que o caso de Ao Man Long ainda não havia sido descoberto. Os cidadãos que se depararam com casos de corrupção em serviços públicos continuam numa percentagem baixa. A sondagem aponta ainda para um constante aumento do número de cidadãos que apoiam as acções do CCAC, atingindo quase 90%. Em suma, estes resultados traduzem, em certa medida, uma melhoria da situação da integridade social na opinião dos cidadãos e o seu apoio contínuo à construção de uma sociedade íntegra.

Quer as eleições quer a construção de uma sociedade íntegra são importantes para o futuro da RAEM e para o bem-estar da população. Nos dias vindouros, continuaremos a procurar reforçar a sensibilização para a integridade e elevar a nossa capacidade de intervenção. É nosso desejo que os cidadãos denunciem corajosamente as suspeitas de corrupção e fraude, de modo a envidarmos esforços conjuntos visando um maior progresso na promoção da integridade social em Macau.

- 2 Mensagem do Comissário
- 3 Introdução ao Relatório de Actividades do CCAC 2008
- 5 Campanhas de Divulgação de Eleições Limpas
- 9 Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, em Macau
- 11 Deputados à Assembleia Legislativa em Visita ao CCAC
- 12 Notícias do CCAC
- 13 Depoimentos de Membros da Sociedade
- 14 Notícias do CCAC
- 15 Novidades
- 16 Recortes de Jornais
- 17 Legislação (Perguntas e Respostas)
- 18 Miradouro
- 19 Provérbio

Boletim do CCAC
N.º 30 – Julho de 2009
Edição: Comissariado contra a Corrupção
Coordenação: Departamento de Relações Comunitárias do CCAC
Design e arranjo gráfico: Bruno Design
Impressão: Bruno Design
Tiragem: 2.000 exemplares

As sugestões e os pedidos de aquisição do Boletim do CCAC devem ser dirigidos a:
Comissariado contra a Corrupção –
Departamento de Relações Comunitárias

Alameda Dr. Carlos d' Assumpção
Edif. Dynasty Plaza, 14.º andar, Macau
Tel: (853)2832 6300
Fax: (853)2836 2336
<http://www.ccac.org.mo>
ISSN: 1682-8739

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO DE MACAU 2008

Nos termos da lei, o Comissariado contra a Corrupção entregou recentemente ao Chefe do Executivo o Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau 2008, em que se apresentam, de forma detalhada, as acções desenvolvidas em 2008, nomeadamente, de anti-corrupção, de provedoria de justiça e de sensibilização. Em seguida, se apresenta um resumo do Relatório.

Combate à corrupção

O ano de 2008 foi um ano de intensa actividade para o Comissariado contra a Corrupção. Para além do grande volume de trabalho relacionado com o caso de Ao Man Long, foram também prioridades nossas o aperfeiçoamento integral e sistematizado dos mecanismos de prevenção da corrupção e o reforço dos meios de investigação. Também a estrutura orgânica da instituição foi alterada, visando a expansão da sua dotação de pessoal. O CCAC reforçou a formação do seu pessoal e os equipamentos, de modo a aumentar a sua capacidade integral. Há ainda a referir que o planeamento de acções de supervisão eleitoral foi iniciado já no 2.º semestre de 2008.

As queixas e participações recebidas em 2008 totalizaram 796, sendo 553 de carácter penal. De entre os casos penais denunciados, 88 reuniram condições para serem investigados e 31 destes viram instruído o respectivo processo. Juntados os 79 processos transitados de 2007 e 1 reaberto em 2008, foram tratados um total de 111 processos. Simultaneamente, houve 33 casos de prestação de auxílio na investigação, entre os quais 12 entrados em 2008, 2 reabertos no mesmo ano e 19 transitados do ano anterior. Do total dos 144 casos penais tratados em 2008, 46 foram dados por findos: em 34 casos foi posto termo à investigação, 10 foram encaminhados para o Ministério Público e 2 arquivados depois de terem sido re-investigados. Durante o ano, o Tribunal julgou 9 casos investigados pelo CCAC e, dos 23 arguidos envolvidos, 20 foram punidos, o que representa 87%.

Provedoria de justiça

Na área da provedoria de justiça, o número de queixas e participações, no total de 243, subiu ligeiramente comparativamente com o ano anterior. Matérias respeitantes ao regime da função pública, obras ilegais, infracções à legislação rodoviária e utilização de prédios urbanos continuaram a ser as mais visadas. Por outro lado, deram entrada 639 pedidos de apoio e consulta.

No âmbito da pesquisa de regimes jurídicos, foi concluído o “Estudo das normas vigentes e mecanismos de fiscalização relativos à utilização de prédios urbanos”, tendo o relatório sido já entregue ao Chefe do Executivo. Relativamente à pesquisa de funcionamento, o CCAC colaborou, pela primeira vez, com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais no âmbito de um projecto de pesquisa sobre os procedimentos no tratamento de conflitos laborais, o combate ao trabalho ilegal e outros. Prosseguiu a colaboração com a Direcção dos Serviços de Identificação na pesquisa sobre os procedimentos da emissão e gestão de documentos de identificação. Paralelamente, continuou a ser objecto de acompanhamento a implementação das medidas tendentes a melhorar o funcionamento da Divisão de Fiscalização do Departamento de Urbanização da



Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e do Departamento de Documentos de Viagem da Direcção dos Serviços de Identificação.

Com a promoção do “Plano para uma Gestão Íntegra”, o CCAC continuou a implementar a cultura de gestão íntegra. Lançado em finais de Agosto de 2007, o Plano conta com a participação de todos os 61 serviços e entidades públicas. Em geral, os serviços e entidades públicas reforçaram a sensibilização dos trabalhadores para matérias como impedimentos, aceitação de vantagens e acumulação de funções, bem como aperfeiçoaram os mecanismos respeitantes ao procedimento da aquisição de bens e serviços.

No quadro das Linhas de Acção Governativa da RAEM, e com vista à concretização dos objectivos definidos na “Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, a esfera da supervisão exercida pelo CCAC deverá ser alargada ao sector privado. A este propósito, o CCAC desenvolveu estudos contra a corrupção no sector privado, no sentido de se preparar suficientemente para a fiscalização de integridade em toda a sociedade. Organizámos vários seminários de grande dimensão que tiveram por tema a corrupção no sector privado e promovemos colóquios conjuntamente com vários sectores profissionais, para que fossem auscultados sobre a prevenção desse fenómeno. O projecto de lei sobre o alargamento dos poderes do CCAC foi submetido ao Chefe do Executivo em meados de 2008.

Relações comunitárias

Em 2008, continuámos empenhados na expansão das relações comunitárias e na melhoria da eficácia da sensibilização. Ao todo, foram realizadas 377 palestras, subordinadas a temas diversos, tendo os participantes atingido o número recorde de 33.500. Face ao rápido desenvolvimento social nos anos recentes, foi reforçada a educação para a honestidade dos adolescentes e estudantes. A produção de material didáctico destinado aos alunos do ensino secundário está em bom andamento. Para além disso, a Delegação do CCAC na Taipá entrará em funcionamento em meados de 2009.

No ano que vem, o CCAC empenhar-se-á na prossecução das atribuições conferidas por lei e continuará a combater a corrupção e fraude com todo o esforço, dando resposta ao desenvolvimento da sociedade e às expectativas dos cidadãos, no intuito de construir uma sociedade íntegra juntamente com toda a população local.

CCAC E CAEAL DE MÃOS DADAS

Para assegurar que as eleições legislativas de 2009 decorrem de forma justa e limpa, o CCAC mantém-se em contacto permanente e vem desenvolvendo boa cooperação com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa (CAEAL). Sempre que necessário, as duas partes reúnem-se para trocar ideias sobre matérias relacionadas com as atribuições das duas instituições e assuntos de interesse comum.

No fim de Maio, na sede do CCAC, o Comissário, Cheong U, teve um encontro com o Juiz Fong Man Chong, Presidente da CAEAL. Ambas as partes afirmaram que, nas últimas duas eleições para a AL, entre o CCAC e a Comissão Eleitoral da Assembleia Legislativa (agora Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa), existiu boa cooperação e comunicação, concordando que a garantia da imparcialidade e da integridade das eleições para a AL 2009 é o dever e a esperança de todos os residentes de Macau.

Cheong U e Fong Man Chong dialogaram sobre as eleições para a AL, nomeadamente sobre os problemas surgidos nas últimas duas eleições para a AL, ajustamentos do regime eleitoral da AL devido aos referidos problemas e sobre como assegurar a imparcialidade e a integridade das eleições para a AL 2009. Ambas as partes esperaram que, após as melhorias introduzidas no regime eleitoral da AL, a comunicação e a cooperação entre o CCAC e a CAEAL possam ser ainda mais reforçadas, esforçando-se para prevenir os actos ilícitos nas próximas eleições para a AL, especialmente através da emissão de orientações e informações claras para que haja melhores condições de concorrência justa nas eleições.



O Comissário Cheong U e o Juiz Fong Man Chong



Representantes do CCAC e da CAEAL em reunião

UM E ASSOCIAÇÃO DOS SEUS ANTIGOS ALUNOS PROMOVERAM PALESTRAS SOBRE ELEIÇÕES LIMPAS

Em finais de Maio, o CCAC e a Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Macau (AAAUM) organizaram conjuntamente uma palestra sobre eleições limpas. O Comissário Cheong U, o Reitor da UM, Wei Zhao, o Presidente da Assembleia Geral da AAAUM, Ao Peng Kong, o Presidente da Direcção da AAAUM, Kot Man Kam, e o Chefe da Divisão de Sensibilização do CCAC, Wong Chi Hou, presidiram à cerimónia de abertura. Na palestra, o Comissário afirmou que, na área de gestão íntegra, nomeadamente, sobre como aumentar a comunicação e cooperação mútuas, o CCAC e a UM chegaram a consenso, acreditando que, à medida que os chefes de todos os serviços e funcionários públicos prestem mais atenção à integridade, a integridade dos trabalhadores da Administração Pública de Macau será ainda mais elevada.



Wei Zhao oferecendo uma lembrança a Cheong U

Na primeira das duas palestras, destinada ao pessoal docente e administrativo, os representantes do CCAC deram a conhecer as acções visando assegurar eleições limpas, os actos de corrupção e fraude no processo eleitoral e respectivas sanções e casos de corrupção eleitoral detectados em 2005. Os participantes puseram questões sobre a corrupção eleitoral, campanha eleitoral e neutralidade dos funcionários públicos durante o processo eleitoral, entre outras matérias.



Cheong U e Wei Zhao na palestra



Lai Iat Long (3.º à esquerda) e Ho Ioc San (centro) na palestra realizada para o pessoal docente e administrativo da UM



Pessoal docente e administrativo da UM na palestra

ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PARA ELEIÇÕES LIMPAS

De Abril a Julho, o CCAC levou adiante a sensibilização para eleições limpas, tendo realizado múltiplos projectos e actividades.



Palestra na Escola de Enfermagem Kiang Wu

Continuaram a ser organizadas palestras sobre eleições limpas destinadas a associações e escolas. Para além da já referida Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Macau, figuraram na lista de destinatários a Escola de Enfermagem Kiang Wu, o Instituto Politécnico (IPM), a Escola Superior de Saúde do IPM, o Instituto Milénio, a Associação Desportiva dos Trabalhadores da Administração Pública, o Centro de Apoio a Surdos, a Associação Richmond Fellowship de Macau, lares de idosos dependentes do Instituto de Acção Social, a Associação de Nova Juventude Chinesa, o Centro de Dia do Porto Interior da União Geral das

Associações dos Moradores (UGAMM), o Centro Comunitário da Ilha Verde da UGAMM e várias escolas secundárias. Até o fim de Julho, estiveram presentes nas palestras cerca de 9.100 pessoas.



Palestra destinada a associações



Palestra destinada a alunos do IPM

Entre Agosto e Setembro, o CCAC organizará três espectáculos de variedades ao ar livre, sob o tema “Eleições Limpas Ecoando por Toda a Cidade” e abertos a todos os cidadãos, havendo também painéis expositivos e jogos educativos no local de cada espectáculo:

16 de Agosto (domingo), à tarde — espaço lateral do Jardim da Cidade das Flores, Taipa

23 de Agosto (domingo), à tarde — Jardim Iao Hon

3 de Setembro (5.ª feira), à noite — Largo do Senado

康樂選舉響全城
Apoie eleições limpas

Estão abertos à participação de todos os cidadãos

Foram instaladas faixas publicitárias ao ar livre e bandeirolas em candeeiros de iluminação pública no exterior do Centro de Informações ao Público e noutros locais da cidade, bem como foram colocados anúncios em espaços públicos como auto-silos, houve visualização de vídeos nas zonas de atendimento ao público em vários serviços públicos e aumentou a publicidade em autocarros, tudo com o objectivo de divulgar eleições limpas em todos os cantos de Macau.



Painel em auto-silo



Publicidade em candeeiros de iluminação pública



Publicidade em autocarro



Publicidade em portas de elevadores



Publicidade no exterior do CAIP



Anúncio electrónico (LED) em autocarro



Faixa publicitária de rua



Faixa publicitária em passagem superior para peões

Desde Abril e até Setembro próximo, o CCAC vem promovendo três exposições itinerantes sobre eleições limpas. A primeira decorre em mais de uma centena de recintos cobertos, incluindo sedes de associações, centros comunitários e centros de juventude e de idosos. A segunda está inserida na exposição dos trabalhos distinguidos no Concurso de Banda Desenhada “Vamos Desenhar um Paraíso da Integridade”, exposição essa que está em digressão por várias escolas.

A terceira exposição itinerante, ao ar livre, realiza-se todos os fins-de-semana nos espaços públicos com maior afluência de residentes. Nos locais que recebem a mostra, realiza-se ainda um inquérito aos participantes, com o qual se pretende conhecer as opiniões dos cidadãos relativamente às acções de sensibilização sobre eleições limpas. Através de painéis expositivos, são dadas a conhecer as normas e sanções que a Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa estabelece para a corrupção eleitoral, os casos de corrupção eleitoral detectados no processo eleitoral de 2005 e respectivas decisões judiciais, as acções de sensibilização desenvolvidas pelo CCAC e as vias de participação. Os cidadãos podem ainda ver vídeos publicitários sobre eleições limpas. O Jardim Municipal Dr. Sun Yat Sem, o Jardim da Flora, o Jardim de Luís de Camões e no Circuito da Colina da Guia foram os locais escolhidos para a acolher a mostra.



Exposição itinerante em escolas secundárias

Em Maio, foi produzido um anúncio televisivo com um carácter chinês “廉”, em português, integridade. Tomando os jovens como ponto-chave, o anúncio mostra que a consciência de defesa de eleições limpas se deve formar desde a juventude. Cerca de 400 alunos de Escola Primária Hou Kong participaram na produção do anúncio e foram ainda convidados vários jovens para apelar ao apoio a eleições limpas. Em Agosto, na televisão será emitido um novo vídeo, com o que se pretende chamar a atenção dos cidadãos para não se arrisquem: a compra e venda de votos acaba sempre por ser descoberta.



Exposição itinerante em centros comunitários



Exposição itinerante ao ar livre



Filmando o anúncio televisivo

PELA 1.ª VEZ TEVE LUGAR EM MACAU A REUNIÃO DO GRUPO ORIENTADOR DA INICIATIVA DO ADB/OECD CONTRA A CORRUPÇÃO PARA A ÁSIA-PACÍFICO

Entre 23 e 26 de Março decorreu em Macau a 13.ª Reunião do Grupo Orientador e 8.º Seminário Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, organizado pelo Comissariado contra a Corrupção, em nome do Governo da RAEM, e promovida pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e pela Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OECD).

A actividade foi constituída por duas partes. Os primeiros dois dias destinaram-se à 13.ª Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa e os restantes dois dias foram reservados ao 8.º Seminário Regional, que teve por tema “Boas Práticas na Prevenção da Corrupção”. Um total de 28 países e territórios, através de 70 representantes, participaram na Reunião. De entre as organizações internacionais que enviaram representantes, contam-se a Transparência Internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Gabinete das Nações Unidas para Drogas e Crime.



Presidência da Reunião do Grupo Orientador

Na manhã de 23 de Março, no complexo Venetian Macao Resort Hotel Casino, iniciou-se a 13.ª Reunião do Grupo Orientador da Iniciativa. Na cerimónia de abertura, o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, proferiu um discurso, dando as boas-vindas aos participantes. Este responsável afirmou que, em 31 de Março de 2006, por despacho do Chefe do Executivo, o Comissariado contra a Corrupção de Macau declarou a adesão do Governo da RAEM à Iniciativa do ADB/OCDE contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, prometendo que, no quadro da Iniciativa e através da realização dos três pilares do seu Plano, se combate e previne empenhadamente a corrupção e a fraude.

Segundo salientou o Comissário, a crise financeira, que tem afectado todo o mundo desde 2008, veio revelar que existem várias lacunas, ilegalidade e injustiças na fiscalização das actividades financeiras, trazendo um grande desafio mundial à luta contra a corrupção. Face a esta difícil situação, temos que, através da cooperação internacional e regional, reforçar, de forma firme e imperturbável, acções de prevenção e repressão da corrupção para resolver os problemas. A Iniciativa do ADB/OCDE contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico é, exactamente, uma plataforma regional com um concreto programa de acção, impulsionando o trabalho contra a corrupção em todos os membros da Iniciativa e na região da Ásia-Pacífico.

Cheong U deu ainda a conhecer que, desde o estabelecimento do Governo da RAEM, o Governo tem desenvolvido todo o esforço no combate à corrupção e na promoção da integridade e transparência. Respondendo à aplicação a Macau da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o Governo da RAEM tem necessidade de legislar sobre a corrupção no sector privado. A aprovação da proposta de lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado contribuirá, certamente, para uma maior integridade geral da sociedade de Macau.

A Reunião anual do Grupo Orientador realiza-se alternadamente em cada país ou território membro. Nesta sua 13.ª reunião, decorrida em Macau, os países e territórios representados deram conta dos resultados ultimamente alcançados no projecto de reforma contra a corrupção, definido na 12.ª reunião, trocaram experiências sobre as medidas para a realização das três acções pilares da Iniciativa e discutiram a ajuda a prestar aos membros para conclusão da *checklist* de auto-avaliação relativa à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.



Foto colectiva dos representantes na Reunião

Em 25 de Março, decorreu o 8.º Seminário Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, organizado pelo CCAC e promovido pelo ADB e pela OECD. O encontro reuniu representantes de 28 países e territórios da Ásia-Pacífico que, durante dois dias, trocaram ideias e experiências, em conjunto com representantes de serviços públicos, instituições de ensino superior e organismos de estudos políticos locais.

À cerimónia de abertura presidiram a Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, o Director Geral do Departamento de Desenvolvimento Regional e Sustentável do ADB, Yao Xianbin, a Directora da Divisão de Gestão Pública, Governação e Participação do ADB, Kathleen Moktan e o Chefe da Divisão contra a Corrupção da OECD, Patrick Moulette. Representando o Governo da RAEM, Florinda Chan proferiu um discurso na cerimónia. Yao Xianbin, em nome do ADB/OECD, proferiu o discurso de boas-vindas.

Para o Seminário, foram agendadas discussões sobre as práticas e estratégias actualmente adoptadas na Ásia-Pacífico para a prevenção da corrupção, tendo por objectivo identificar os problemas a resolver e procurar inspiração e novas ideias para o desenvolvimento dessa prevenção. Os temas em debate incluíram, entre outros, medidas de prevenção da corrupção, o uso de produtos multimédia e meios de comunicação na sensibilização para a prevenção e combate à corrupção, a cooperação entre o sector privado e as associações visando a educação contra a corrupção, o reforço da cooperação entre as instituições contra a corrupção e outros órgãos governamentais visando a redução da corrupção.



Florinda Chan proferindo o seu discurso



Yao Xianbin proferindo o discurso de boas-vindas



A Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, apresentando uma comunicação sobre "Educação para a Honestidade – Experiência de Macau"



No Seminário Regional

VISITA AO CCAC DE DEPUTADOS À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Dirigentes do CCAC com os deputados visitantes

Em 14 de Maio, um grupo de deputados à Assembleia Legislativa descolou-se ao Commissariado contra a Corrupção, para uma visita às suas instalações e um encontro e troca de opiniões com o Comissário, Cheong U. Os deputados afirmaram que a visita e o encontro lhes permitiram conhecer melhor a instituição, com efeitos concretos não só na apreciação da proposta da lei de extensão da supervisão do CCAC ao sector privado, mas também na impulsão da promoção da integridade no futuro.

Do grupo de 15 deputados, chefiado pelo Presidente da 3.ª Comissão Permanente da AL, Cheang Chi Keong, faziam parte alguns membros desta comissão, designadamente Philip Xavier, Ho Teng Iat, Kou Hoi In, Ieong Tou Hong, José Maria Pereira Coutinho, Leong On Kei e Lee Chong Cheng, e também os deputados Chan Chak Mo, Leong Iok Wa, Au Kam San, Ung Choi Kun, Lei Pui Lam, Choi Sai Peng José e Chan Meng Kam. Na altura, a 3.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa apreciava, na especialidade, a proposta de lei sobre a “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”. No intuito de reforçar a comunicação e ligação dos deputados ao CCAC, bem como dar-lhes a conhecer melhor as acções desta instituição, a Assembleia Legislativa organizou o grupo para visitar a sede do CCAC.



No encontro, as duas partes trocando opiniões francas

O grupo foi cordialmente recebido pelo Comissário e, na companhia do Comissário, Cheong U, da Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, da Chefe do Gabinete, Ho Ioc San, e do Assessor, Ka Vai Vu, visitou as instalações afectas à investigação, incluindo as salas de apresentação de queixas, de declarações, de identificação e o centro de detenção, onde foram inteirados dos respectivos processos de trabalho.

Seguiu-se uma conversa de hora e meia entre ambas as partes. Os dirigentes do CCAC ouviram com atenção as opiniões dos visitantes e responderam às questões entretanto colocadas. Na conversa, Cheong U agradeceu a visita dos deputados e fez uma breve apresentação sobre as acções do CCAC, incluindo o recrutamento e formação dos investigadores. Segundo reiterou o Comissário, o CCAC presta muita atenção à ética e à conduta do seu pessoal e exige-lhe a guarda de sigilo. O recrutamento de investigadores passa por um processo de selecção muito rigoroso e, para eles, são organizadas acções de formação em áreas muito diversas.

Vários deputados fizeram perguntas, sobre recrutamento de pessoal, guarda de sigilo, sensibilização, planeamento de acções contra a corrupção eleitoral e medidas visando o reforço da confiança da população relativamente ao CCAC para que haja mais queixas apresentadas pessoalmente.

Finalmente, e em jeito de resumo, Cheang Chi Keong sublinhou que a visita e a conversa permitiram aos membros da 3.ª Comissão Permanente conhecer melhor a actividade do CCAC, fazendo dissipar mal-entendidos e foram importantes para a apreciação, em curso, da proposta de lei sobre a “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”. Na sua opinião, a franqueza constatada na troca de opiniões mostrou a atenção e o apoio dos deputados à construção de uma sociedade íntegra. Espera que, futuramente, as duas partes continuem a intensificar a comunicação, envidando esforços conjugados a favor do progresso social.

COMISSÁRIO CONTRA A CORRUPÇÃO DE MACAU REELEITO PARA DIRECÇÃO DA IOI

Entre os dias 9 e 12 de Junho, decorreu, em Estocolmo, Suécia, a reunião da Direcção e a IX Conferência do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI), em que esteve presente o Comissário Cheong U, chefiando uma delegação. Na reunião, o Comissário contra a Corrupção de Macau foi reeleito como membro da Direcção do IOI, para novo mandato de 4 anos.

A IX Conferência do Instituto, organizada pelo Gabinete do Ombudsman do Congresso Nacional da Suécia, contou com a participação de mais de 400 delegados de 85 países e territórios, incluindo personalidades da área de Provedoria de Justiça, juristas e académicos. Foram apresentadas diversas comunicações e trocadas opiniões sobre as tendências do sistema do Ombudsman, como o sistema defende os direitos humanos e grupos sociais vulneráveis e o seu funcionamento prático.



Membros asiáticos da Direcção do IOI eleitos

Na conferência regional asiática, realizaram-se as eleições para os membros asiáticos da Direcção do IOI, tendo sido eleitos os representantes de Macau, Coreia do Sul e Paquistão. Desde 2000 que o Comissário contra a Corrupção de Macau integra a Direcção do IOI.

Na Conferência e Assembleia Geral do IOI, a esmagadora maioria dos membros votou a favor da mudança do Secretariado do IOI do Canadá para Viena, Áustria. Na ocasião, foi comemorado o 200.º aniversário do sistema de Ombudsman. A este respeito, discutiram-se a sua origem, a sua expansão

da Suécia por todo o mundo em dois séculos e as diferenças regionais. Os participantes foram ainda obsequiados com um jantar comemorativo oferecido pelos Reis da Suécia.

COMISSÁRIO RECEBEU DELEGAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO DA TAILÂNDIA

O Comissário contra a Corrupção recebeu, em 27 de Maio, uma delegação da Comissão Nacional contra a Corrupção da Tailândia que chegou a Macau para uma sessão de formação. Cheong U trocou opiniões com o chefe da delegação tailandesa, o juiz Vicha Mahakun, sobre a cooperação entre as duas regiões no combate à corrupção e na formação de pessoal.

Os visitantes, no total de três dezenas e entre os quais vários investigadores, vieram ao CCAC para uma sessão de formação, para além duma visita de cortesia. O Comissário Cheong U, o Director dos Serviços contra a Corrupção, Chan Seak Hou, e o Chefe Substituto do Gabinete do Comissário, Ka Vai Vu, do CCAC, tiveram uma reunião com o chefe da delegação tailandesa e membro da Comissão Nacional contra a Corrupção da Tailândia, o juiz Vicha Mahakun, o Secretário-Geral, Preecha Lertkamolmart, e o Adjunto do Secretário-Geral, Apinan Itsarangkul an Ayuttaya, do Gabinete de Apoio à Comissão. As duas partes concordaram que reforçar o intercâmbio de informação e a formação de pessoal contribuirá para maior eficácia na luta contra a corrupção. Cheong U manifestou o desejo de haver mais oportunidades de cooperação entre as duas partes.



Cheong U com Vicha Mahakun (centro da fila da frente) e outros membros da delegação tailandesa

De seguida, o Comissário recebeu em audiência os formandos tailandeses, tendo-lhe dado boas vindas. A sessão de formação foi ministrada pelo Chefe Substituto do Gabinete, Ka Vai Vu, que apresentou as atribuições e a estrutura orgânica do CCAC e os poderes de polícia criminal conferidos à instituição. Através de análise de casos, investigadores experimentados do CCAC partilharam e trocaram experiências com os visitantes, que puseram questões activamente e demonstraram interesse pela independência e funcionamento do CCAC.

ENTRADA EM FUNCIONAMENTO DA DELEGAÇÃO DO CCAC NA TAIPA

No dia 14 de Agosto terá lugar a cerimónia de inauguração da Delegação do CCAC na Taipa.

Sita na Rua de Nam Keng, Edifício “Nova City”, Torre IV, r/c, Loja C, ao lado do Jardim de Infância Pui Tou, a delegação é composta por salas de denúncias, de reuniões, de exposições e outras. Estará aberta de segunda a sexta-feira, das 16 às 20 horas. O número de telefone é o 28363636.

É a segunda delegação aberta pelo CCAC, a seguir à delegação na Areia Preta, instalada em 2004. O funcionamento do novo espaço permitirá ao CCAC estreitar o contacto com as associações e residentes na zona, melhor auscultar a população e facilitar-lhe a apresentação de queixas, participações e pedidos de informação, de modo a promover sinergias a favor da construção de uma sociedade íntegra em Macau.



WORKSHOP SOBRE GESTÃO ÍNTEGRA RELATIVA A OBRAS PÚBLICAS

O Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas e o Comissariado contra a Corrupção organizaram conjuntamente duas sessões de um *workshop* sobre gestão íntegra relativa a obras públicas, que decorreram na manhã e na tarde de 5 de Julho, no 4.º andar do World Trade Center Macau. Participaram no *workshop* 260 elementos dos serviços e entidades sob tutela da Secretaria para os Transportes e Obras Públicas, entre os quais dirigentes, chefias, técnicos e trabalhadores da linha da frente. Através de troca de experiências sobre o tema, pretendeu-se reforçar a ética e o sentido da integridade dos funcionários e agentes públicos, dar-lhes formação sobre a prevenção e o controle de actos ilícitos e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos adoptados para promover uma gestão íntegra na Administração da RAEM.

O Secretário para os Transportes e Obras Públicas sublinhou, no seu discurso, que ao longo dos últimos anos muitas obras públicas, umas grandes e outras pequenas, vêm sendo lançadas e que a pesada carga de trabalho envolvida em processos de concessão obriga ao aperfeiçoamento do regime de concursos e concessões e a normalização dos procedimentos relativos à apreciação de propostas e à fiscalização. Lau Si Io frisou ainda a necessidade de maior cooperação com a instituição de luta contra a corrupção, no sentido de consciencializar mais os funcionários públicos para a ética e a integridade. O *Assistant Director/Corruption Prevention* da ICAC de RAEHK, Mok Wah Hoi, falou da definição de medidas preventivas da corrupção, que entendeu ser indispensável para se garantir a transparência e imparcialidade na concessão e fiscalização de obras.

O *Principal Corruption Prevention Officer* da ICAC, Nelson Chan, deu a conhecer a experiência de Hong Kong referente à prevenção da corrupção no sector da construção civil e ao conflito de interesses, sendo dados a conhecer os procedimentos relativos ao tratamento de obras, a corrupção em obras, medidas e resultados da prevenção.

O *Chief Corruption Prevention Officer* da ICAC, Alpha Leung, explicou com profundidade a importância da lista de empreiteiros, desde a produção ao âmbito da aplicação da lista, passando pela sua gestão. Para o orador, a constituição desta base de dados favorece muito a prevenção de corrupção e fraude em obras públicas e a transparência e imparcialidade na sua concessão.



(Da esquerda) Alpha Leung, Mok Wah Hoi, Lau Si Io, Nelson Chan e Tou Wai Fong

O COMISSÁRIO CHEFIU UMA DELEGAÇÃO PARA PARTICIPAR NA CERIMÓNIA DE INAUGURAÇÃO E SEMINÁRIO NO CENTRO DE ESTUDOS CONTRA A CORRUPÇÃO DA ICAC

No início de Abril, a convite da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, o Comissário, Cheong U, chefiou uma delegação do CCAC, participou na cerimónia de inauguração e seminário no Centro de Estudos contra a Corrupção na região vizinha, trocando experiências de trabalho relativas à anti-corrupção com duas centenas de académicos, especialistas nesta área e funcionários governamentais, provenientes de Inglaterra, América do Norte, China continental, Macau e Hong Kong.

Situado no edifício da ICAC, o Centro de Estudos contra a Corrupção é o primeiro centro de estudos sobre integridade instalado pela ICAC e tem como objectivo levar a cabo trabalhos de investigação, através da integração de estudos teóricos com resultados de investigação real; o Centro disponibiliza recursos a investigadores e decisores para impulsionar as reformas na área de integridade, bem como para reforçar o intercâmbio e a cooperação com instituições académicas e autoridades anti-corrupção da China continental e internacionais. A cerimónia de inauguração do Centro foi presidido pelo Comissário da ICAC, Timothy Tong Hin-ming, e pelo Secretário para a Justiça de Hong Kong, Wong Yan Lung.

A delegação do CCAC participou também no Seminário de três dias. Foram convidados mais de 20 oradores, incluindo juristas de instituições de ensino superior reconhecidas a nível mundial e especialistas e funcionários governamentais de várias autoridades anti-corrupção. Integrando a teoria e a prática, os oradores apresentaram, com visões diferentes, legislações, regimes e estratégias relativas à anti-corrupção de diferentes países e territórios.

Durante a visita a Hong Kong, a delegação do CCAC visitou também o Departamento para a Justiça e o *High Court*, a fim de conhecer o direito, as formas de acusação, o regime jurídico e o funcionamento do Tribunal de Hong Kong.



Delegação do CCAC no Centro de Estudos contra a Corrupção

GRUPO DE VOLUNTÁRIOS PARA UMA SOCIEDADE LIMPA COM MAIS MEMBROS



Palestra sobre eleições limpas destinada a voluntários do CCAC

No intuito de aumentar o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa, em Abril e Maio, realizou-se, de novo, o recrutamento de novos elementos. Após a selecção, mais de 300 pessoas ingressaram no Grupo. Com os novos elementos, o número de voluntários do Grupo atinge mais de 500 pessoas, provenientes de vários níveis sociais e ramos profissionais, incluindo médicos, enfermeiros, arquitectos, professores, funcionários públicos, alunos universitários e secundários, aposentado e donas de casa.

Como no passado, para ingressar no Grupo, todos os novos elementos foram seleccionados e, em Julho, o CCAC iniciou palestras sobre eleições limpas destinadas aos novos e antigos voluntários, reforçando os seus conhecimentos sobre a nova legislação eleitoral e o funcionamento do CCAC relativo à anti-corrupção. Depois das palestras, os voluntários participarão activamente em actividades do CCAC. Especialmente, e de acordo com a estratégia e disposições do Grupo de Estudos contra a Corrupção Eleitoral, durante as eleições legislativas, os voluntários ajudarão numa séria de actividades de divulgação de eleições limpas, contribuindo para uma mais ampla e profunda sensibilização. Futuramente, em relação ao trabalho do CCAC sobre a sensibilização para a consciência de integridade, os voluntários continuarão o esforço para promover, em conjunto, a integridade.



Visita do Comissário e dirigentes do CCAC à Associação Comercial de Macau (04/2009)



Visita de Jorge A. H. Rangel, Presidente do Instituto Internacional de Macau, ao CCAC (04/2009)



Workshop sobre a gestão íntegra para o pessoal da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (05/2009)



Palestra sobre integridade destinada aos trabalhadores do Hotel Wynn (05/2009)



O Presidente da Comissão Executiva da Companhia de Electricidade de Macau, Franklin Willelms, oferecendo uma lembrança à Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, na Palestra sobre Integridade destinada aos trabalhadores da CEM (05/2009)



Excursão do pessoal do CCAC a Tap Mun (06/2009)



Palestra destinada aos trabalhadores do Banco da China (06/2009)

ARGUIDO VAI CUMPRIR UM ANO DE PRISÃO

Condenado agente da PJ por corrupção passiva

Um agente da Polícia Judiciária foi ontem condenado a um ano de prisão por ter solicitado "vantagens ilícitas", revelou o Comissariado contra a Corrupção, que descobriu o caso

Chu Chi Wai, investigador principal da Secção Central de Combate ao Roubo da Polícia Judiciária (PJ), com cerca de 40 anos, foi acusado de dois crimes de corrupção passiva para acto ilícito e um crime de abuso de poder. Ontem, o Tribunal Judicial de Base (TJB) condenou o arguido, por corrupção passiva para acto ilícito, à pena de prisão de um ano, não podendo ser suspensa, e ao pagamento de seis UCs (unidade de conta processual).

De acordo com uma nota do Comissariado contra a Corrupção (CCAC), o tribunal determinou ainda a confiscação dos artigos envolvidos nos crimes e que tinham sido



do CCAC, o Colectivo de Juízes referiu que, aproveitando-se das suas funções, o arguido afirmou, enganadoramente, poder ajudar, em troca de dinheiro, um eventual suspeito pondo fim à investigação em que este estava envolvido", indica a nota do CCAC.

O caso remonta ao período de 8 a 16 de Março de 2005, quando Chu Chi Wai foi encarregado da investigação relacionada com um assalto ocorrido dois anos antes. Perante informações que indicavam que Lo, operador de uma loja de aparelhos electrónicos em segunda mão, tinha usado o telemóvel da vítima desse assalto, o investigador

TERÇA-FEIRA 23.6.2009
www.hojemacau.com

7 sociedade

CCAC APANHA AJUSTES SALARIAIS

Um caso suspeito de falsificação de documento, burla e peculato envolvendo uma trabalhadora da Administração Pública foi ontem encaminhado para o Ministério Público pelo Comissariado contra a Corrupção (CCAC). A funcionária pública terá alterado registos de despesas para se apropriar de parte da verba a pagar como salário a trabalhadores contratados em "part-time".

De acordo com uma nota de imprensa do CCAC, no mês passado, foi denunciada ao organismo uma funcionária de uma entidade governamental autónoma (não revelada), responsável pelo processamento de salários a trabalhadores a tempo parcial. Por iniciativa própria, a mulher terá contactado algumas pessoas que haviam exercido funções em "part-time" para combinar um encontro, fora da instituição, para que recebessem parte dos salários em falta, devido a um erro no cálculo - para isso, teriam que assinar alguns documentos. O caso suscitou dúvidas sobre eventual prática de burla ou de outras ilicitudes.

absolvido do crime respectiva matando segundo sublinhou o investigador principal adicou gravemente "obável". passado, a vítima investigação crim como testemunha dos investigad

Política

SEG 8 de Junho de 2009

Relatório de 2008 entregue ao CE mostra fraca iniciativa própria do organismo

CCAC recebeu perto de 800 queixas, a maioria identificadas

Pela primeira vez, o número de denúncias identificadas recebidas pelos Comissariado Contra a Corrupção ultrapassou aquelas que são feitas de forma anónima.

De acordo com nota do organismo tutelado pelo Chefe do Executivo divulgada ontem, o número de queixas identificadas apresentadas por cidadãos da RAEM em 2008 foi 374, o que representa uma percentagem de 47 por cento no total de casos investigados pelo CCAC.

Já as denúncias anónimas totalizaram 368 casos, numa percentagem de 46,2 por cento.

Ao longo do ano passado, o organismo acompanhou 796

casos acompanhados em 2008, menos de metade reuniu os fundamentos necessários para ter seguimento. Foram apenas 331 os casos que deram origem a processos de natureza criminal ou que tiveram seguimento na provedoria de Justiça, aos quais se somaram outros casos que transitaram de 2007.

No total, no ano passado, o CCAC tratou 495 casos, 121 dos quais com processo instruído. O organismo conseguiu concluir 347 casos, dos quais dez foram enviados ao Ministério Público. Outros 148 casos continuaram ainda nas mãos do organismo em 2009.

No que toca ao crime de cor



廉政公署
CCAC

obras ilegais, infrações à legislação rodoviária e fiscalização de utilização de prédios. Apenas

a favor dos cofres públicos do território.

O CCAC destaca ainda, nos trabalhos de 2008, as actividades de sensibilização promovidas pelo Grupo de Estudo contra a Corrupção Eleitoral, pelo Plano para a Gestão Integra ou pelo Programa de Educação para a Honestedade dos Alunos do Ensino Primário.

2008 ficou também marcado pela aprovação da legislação que estende os poderes do organismo ao sector privado, que confere igualmente mais recursos e pessoal ao Comissariado, bem como pela publicação do relatório do organismo Transparencia Internacional, i

Local

PROPOSTA DE LEI PODERÁ SER VOTADA EM BREVE

CCAC no sector privado segue a bom ritmo

PEDRO DANIEL OLIVEIRA
pedrodanieloliveira@hotmail.com

O presidente da 3ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa (AL), Cheung Chi Keong, tem - toda a confiança - em que a proposta de lei relativa à "Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado" poderá, em breve, ser submetida à discussão e votação no plenário, agora na especialidade, porque as questões que ainda estão pendentes - não são muito complicadas - de serem resolvidas.

Eu em casa da mesa estão ainda três questões que têm dividido o Governo e os deputados, tais como a moldura penal, o montante da oferta que passa a ser considerado crime e a concorrência desleal. Embora a nova versão da intenção legislativa, que alarga o âmbito das competências do Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) ao sector privado, contemple uma redução de penas, os deputados daquela Comissão, por seu lado, acham que os limites - possuem um pouco elevados



e, - exemplificou Cheung Chi Keong aos jornalistas, - sobretudo, nas situações que afetam a segurança pública ou da sociedade, que passam a ter o limite máximo de cinco anos, em vez dos anteriores oito anos de prisão.

Outro dos pontos dissonantes prende-se com a concorrência desleal. Em quanto a redução aponta para o crime público, a dita Comissão e o parecer da Associação dos Advogados de Macau, por seu lado, entendem que - em de estar dependente de quotas, para que o processo judicial possa ser autónomo.

Ainda sem solução encontram-se tam

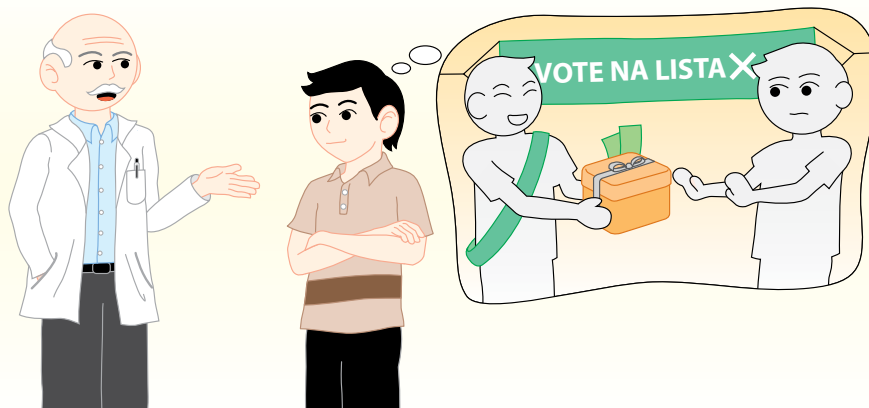
bém o valor da oferta, a partir do qual se pode considerar crime. Uma das hipóteses passa por definir o montante da mesma, enquanto a outra visa determinar um limite, com base no prejuízo que tal acto poderá acarretar. Contudo, o Governo entende que - é difícil encontrar a maior igualdade -, porque, segundo Cheung Chi Keong, algumas acções - não estão relacionadas com acto patrimonial.

Apesar de tudo, o Governo promete estudar o problema dos prazos de instrução e o regime de fiscalização do CCAC, mas apenas quando da revisão da Lei Orgânica daquele órgão de poli

cia criminal. Contudo, essa revisão - ou seja, implicar, provavelmente, a análise de muitas questões - razão pela qual - disse - - será impossível completar esse trabalho até ao final da actual legislatura.

Questionado quanto ao problema de aprovar a proposta de lei de combate à corrupção no sector privado, antes da queda, Cheung Chi Keong respondeu: - É impossível que uma proposta de lei consiga resolver todos os problemas, referiu, adiantando que o objectivo essencial - visa prevenir e combater a corrupção no sector privado, sendo, portanto, - uma lei íntegra e independente. ■

PONTOS A QUE OS ELEITORES DEVEM DAR ATENÇÃO



O Quesito voltou a encontrar-se com o Doutor Sabedor, a quem outro dia tinha pedido explicações sobre as eleições legislativas. Claro que, desta vez, também não queria perder a oportunidade de o “bombardear com perguntas”.

Q: Ó Sr. Doutor, sabe-se que muitas associações organizam frequentemente actividades para os seus membros, o que faz parte da cultura associativa de Macau.

S: É verdade.

Q: Ora, suponhamos que eu sou membro de uma associação e que acredito ou acho provável, desde muito cedo, que o nosso presidente da assembleia ou presidente da direcção irá concorrer às eleições legislativas. Com a aproximação do acto eleitoral, a organização de uma refeição ou viagem gratuita ou barata, ou a oferta de bolos lunares, por parte da associação, pode parecer-me, a mim e a outros membros, uma acção visando a conquista de votos. O pior é que é bem possível que, enganadoramente, eu venha a ser considerado suspeito de vender o meu voto. O que devo fazer neste tipo de situações incómodas?

S: Como é sabido, a criação de uma associação visa, em regra, a prossecução de interesses dos seus membros ou de um determinado grupo de pessoas. É, pois, normal que a associação proporcione benefícios aos seus membros. No entanto, é absolutamente inadmissível aproveitar, com má intenção, as actividades associativas normais para seduzir eleitores, ou mesmo para a compra e venda de votos. Ó Quesito, no teu caso, se, participando como membro da associação numa dessas actividades, detectas qualquer tentativa de oferta de vantagem em troca do voto, deves recusar ou não dar resposta ao pedido ilícito, assim como participar imediatamente os factos ao CCAC.

Q: Eu bem sei que aceitar dinheiro para votar é crime. Um tio meu perguntou-me uma vez: se alguém não tiver recebido o dinheiro oferecido que, por cobiça, tinha prometido aceitar, comete ou não um crime? E se, depois de ter aceite o dinheiro, não participar na votação ou não votar no sentido indicado pelo ofertante de uma vantagem ilícita, já não comete um crime?

S: Não é verdade. Nos termos da lei, o cidadão comete um crime desde que prometa aceitar a vantagem oferecida por corruptor eleitoral, independentemente

de, no fim, receber ou não essa vantagem, participar ou não na votação, ou votar ou não no sentido indicado pelo corruptor! Cuidado!

Q: Mas, no caso de eu não afirmar claramente aceitar a vantagem oferecida por um corruptor eleitoral, cometo ou não um crime?

S: O eleitor que não prometer essa aceitação não comete qualquer crime. Mas, seja o que for, sempre que haja oferta de vantagem, o caso deve ser participado ao CCAC.

Q: Acho que o Governo da RAEM gosta que os eleitores residentes fora do seu território regressem para participar na votação, não é? Tenho familiares a trabalhar e colegas a estudar noutras regiões que também são eleitores. No caso de eles, desejosos de voltar do exterior para cumprir o dever cívico de votar, aceitarem um bilhete de avião ou um subsídio de viagem oferecido por uma lista candidata, há problema?

S: Se o eleitor aceitar uma vantagem, como bilhete de avião ou viagem gratuitos, oferecida por terceiro no intuito de influenciar o seu sentido de voto – verificando-se aqui uma ligação entre voto e vantagem –, o caso pode configurar corrupção eleitoral.

Q: Infringe ou não a lei quem procurar constantemente persuadir familiares e amigos a votarem na lista de quem é apoiante?

S: Isto é permitido pela lei desde que não se use constrangimento, tentação de vantagem ou fraude como meio de persuasão. Todavia, devem observar-se os limites estabelecidos por lei para a campanha eleitoral.

Q: Sr. Doutor, muito obrigado pelas suas explicações.

DIRIGENTES RUSSOS DIVULGAM OS SEUS RENDIMENTOS NA INTERNET

Depois do presidente Dmitri Medvedev, é a vez de Vladimir Putin: no site pessoal do primeiro-ministro russo, na Internet, estão agora divulgados os seus rendimentos e património e de sua mulher, Ludmila, do ano passado. Se é verdade que os dois dirigentes foram os primeiros a dar o exemplo, acredita-se que uma nova tempestade contra a corrupção será desencadeada na Rússia.

A lei russa obriga os titulares de altos cargos públicos – figurando na lista primeiro-ministro, vice-primeiros-ministros, ministros, dirigentes do parlamento e dos órgãos judiciais, responsáveis dos gabinetes do presidente e do governo – a declarar às autoridades fiscais os seus rendimentos e bens, assim como os da sua família.

O site do primeiro-ministro dá conta que, no ano passado, Putin auferiu 4.622.400 rublos (1 US\$/33 rublos) de salário e 100.600 da pensão de reforma militar. Ganhou mais 480 mil rublos do que Medvedev, cujo rendimento anual proveniente do salário totaliza 4,14 milhões de rublos. Todavia, o presidente tem 2.818.700,00 em depósitos bancários.

Putin declara ser proprietário de uma habitação de 77 metros quadrados e de um terreno de 1.500 metros quadrados na Rússia. Tem uma garagem e um lugar de estacionamento. Às suas duas viaturas, uma de 1960 e outra de 1965, junta-se um atrelado de 1987. É ainda titular de 230 acções do Banco de St. Petersburg, valendo cada acção 230 rublos em 1997. Quanto à sua mulher, Ludmila Putin, no ano passado não obteve qualquer rendimento, nem é possuidora de qualquer título de valor ou imóvel.

Tudo começou quando Medvedev decidiu aplicar o princípio a si próprio. A 10 de Março, numa reunião da Comissão contra a Corrupção, afirmou: “Todos os anos, o presidente deve declarar os seus rendimentos e bens, tal como o que fazem todos os outros funcionários públicos. Desta feita, estes funcionários são exortados a pôr em prática a lei anti-corrupção e, em especial, a declarar o seu património.” O presidente advertiu ao mesmo tempo que quem se recusar a fazer essa declaração será demitido. “A nossa tarefa é assegurar o desenvolvimento efectivo do papel de comissões como esta... Sem margem para dúvidas, quem se recusar a cooperar com esta Comissão e desprezar a lei, deve ser exonerado do seu cargo.”

“A corrupção arruína a confiança do público.” Na Rússia, a corrupção de funcionários públicos é um problema grave. Segundo os resultados de um inquérito público divulgados no ano passado, a corrupção é “muito grave” para 30% da população russa e “grave” na opinião de mais de 40%; ninguém acha “não haver corrupção” na Rússia. A sondagem, levada a cabo pelo Centro de Estudos da Opinião Pública da Rússia, revela ainda que mais de 40% dos inquiridos olham como ineficazes as acções do governo contra a corrupção.

Em finais do ano passado, Medvedev assinou a lei anti-corrupção aprovada pelas duas câmaras do parlamento russo. O diploma estabelece a definição da corrupção e os princípios fundamentais visando a eficácia na sua prevenção e combate. Aos funcionários públicos é imposto o dever de declarar os seus rendimentos e bens, assim como os do seu cônjuge e filhos. Segundo a opinião pública da altura, “combater com severidade a corrupção” foi uma das linhas constantes do programa da candidatura de Medvedev à presidência e tem sido uma das suas prioridades depois de ter sido eleito. No contexto da crise económica na Rússia, a luta contra a corrupção assume-se também como uma solução válida para acalmar os ânimos e elevar a confiança da população. Resta saber se a lei e instrumentos conexos produzirão efeitos a longo prazo.

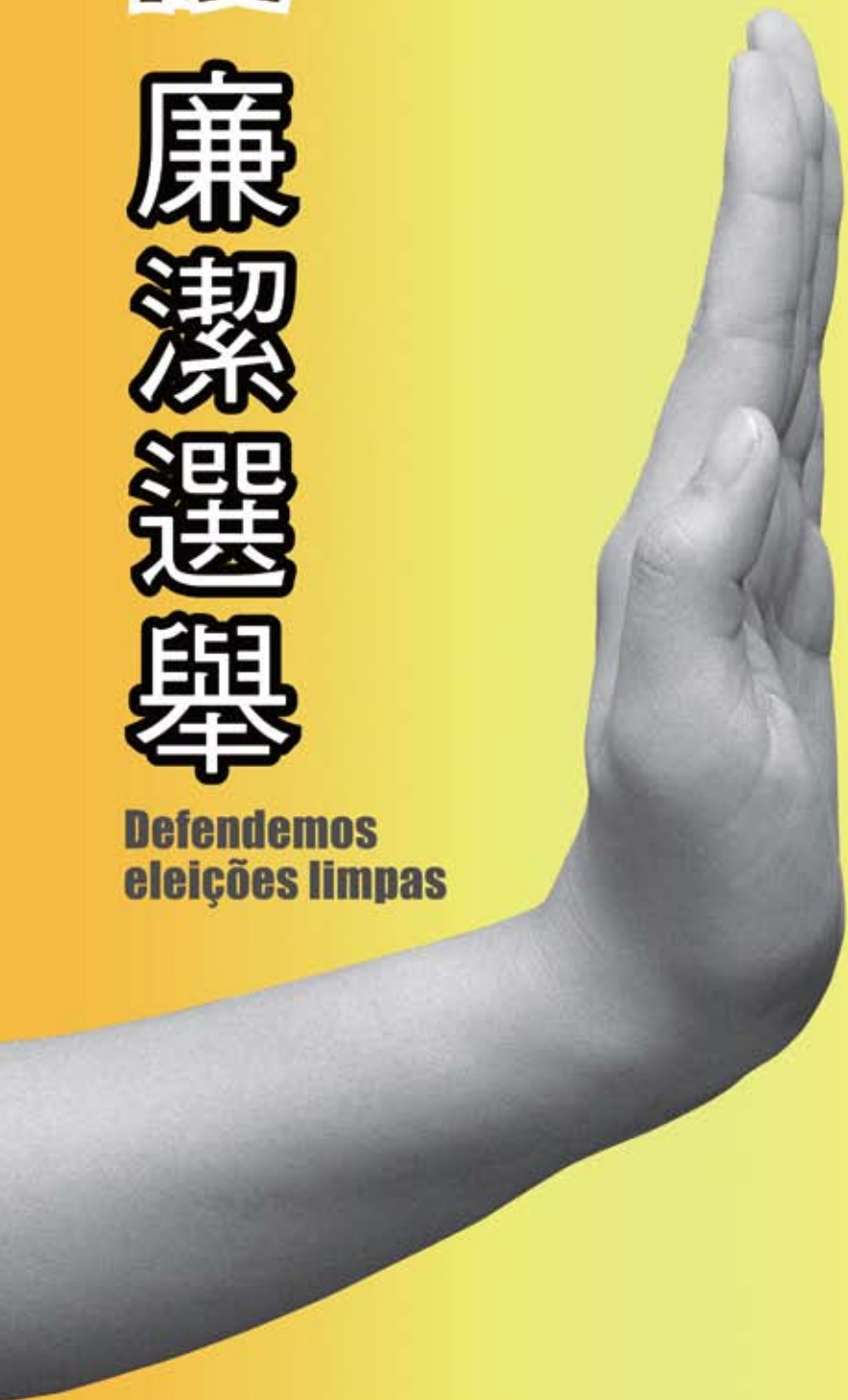
Traduzido do <http://www.tianshannet.com>, de 15 de Abril de 2009.

The background features a light beige color with a subtle grid of circles. Overlaid on this are several bamboo branches with long, slender leaves, rendered in a light green and greyish tone. The text is centered in a dark red, italicized serif font.

*Sejamos justos e
seremos fortes.*

維護 廉潔選舉

Defendemos
eleições limpas



www.ccac.org.mo

2009 年立法會選舉
Elei es para a Assembleia Legislativa 2009

反賄選舉報熱線

Hotline contra a corrupc o eleitoral

6282 6282